

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR E A VISÃO DOS GESTORES SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

INTRODUÇÃO

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) buscam continuamente atualizar a gestão administrativa para alcançar as inovações tecnológicas com a finalidade de contribuir para uma gestão socialmente responsável quebrando paradigmas em relação à sua missão universitária, visando atender o ensino, a pesquisa e a extensão.

O presente estudo teve como base o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) em seu item 3.6, que trata do levantamento das práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços, bem como a importância de estratégias para o engajamento dos docentes e técnicos administrativos nas práticas sustentáveis.

De acordo com Maio (2017), as universidades contribuem na produção e disseminação do conhecimento sobre a sustentabilidade, porém, na maioria dos casos não internalizam práticas sustentáveis na gestão de seus campi.

Nessa perspectiva, Peixoto (2019) diz que para a implantação de uma eficiente gestão ambiental é preciso conhecimento sobre práticas sustentáveis e o engajamento de todos os atores envolvidos na execução dessas práticas.

Faz-se destacar o que motivou para a realização desta pesquisa foi à preocupação em engajar os gestores da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) ao tema de práticas sustentáveis na administração pública. Segundo Pereira (2013), a implantação de ideias sustentáveis em IFES só ocorre devido à vontade e motivação dos autores em concretizar essas ideias.

Esse trabalho objetivou investigar as ações da comunidade acadêmica da UFRPE em relação às práticas sustentáveis definidas no PLS para o fortalecimento da responsabilidade socioambiental potencializado pela Educação a distância.

Para Leff (2007, p. 202), embora as universidades e instituições de educação superior gozem de autonomia formal (liberdade de pesquisa e de cátedra), suas atividades acadêmicas são afetadas pelos valores dominantes da sociedade na qual estão inseridas. Por isso as IFES devem estar envolvidas na criação de um modelo de gestão sustentável, uma vez que são academias do saber e possuem a responsabilidade de formar cidadãos envolvidos com os aspectos da sustentabilidade.

Assim a partir dessas considerações iniciais, esta pesquisa se propõe a responder qual a visão dos gestores da Universidade Federal Rural de Pernambuco quanto às práticas de responsabilidade socioambiental adotadas na instituição.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O termo sustentabilidade vem sendo usado em várias áreas, tais como: ambiental, social e econômica. É uma palavra que vem do latim *sustentare* e expressa tudo aquilo que deve ser sustentado, suportado, conservado em bom estado, mantido.

Neste sentido, Boff (2017, p. 107) propõe que:

[...] sustentabilidade é toda ação, destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida, a sociedade e a vida

humana, visando sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que os bens e serviços naturais sejam mantidos e enriquecidos em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução.

Para Leff (2007, p. 60), o desenvolvimento sustentável converte-se num projeto destinado a erradicar a pobreza, satisfazer as necessidades básicas e melhorar a qualidade e vida da população.

Petrovich (2018, p. 28) acrescenta que:

É importante que também sejam realizadas pesquisas que possam indicar alternativas, tanto educacionais quanto técnicas, para o melhor enfrentamento dos problemas ambientais, pois esses trabalhos podem ter um grande efeito multiplicador, uma vez que, cada estudante, convencido das boas ideias da sustentabilidade, influencia a sociedade nos mais diversos setores.

Nesse sentido com o conceito do Triple Bottom Line (TBL), criado por John Elkington em 1997, que leva em conta os eixos econômico, social e ambiental, existe uma necessidade de se construir uma gestão pública pautada no desenvolvimento sustentável, como apresentado na figura 1.

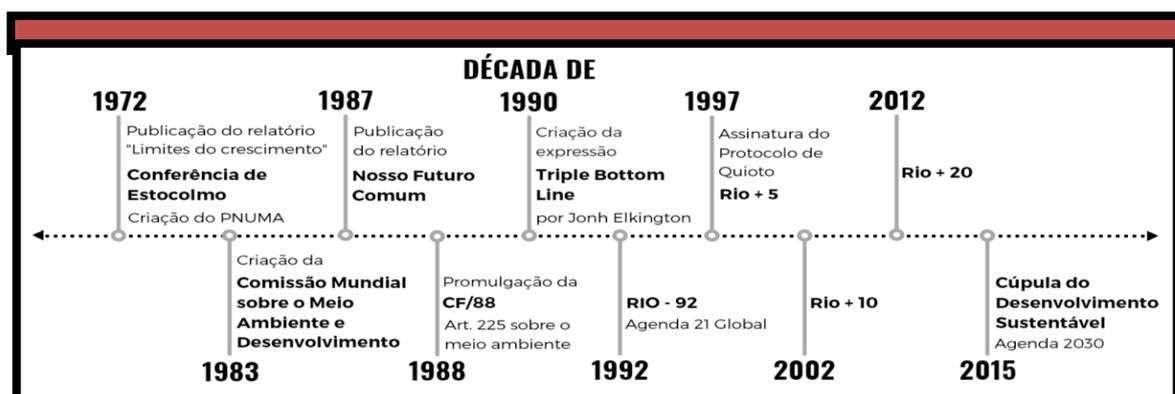
Figura 1: Triple Bottom Line (TBL)



Fonte: Adaptado de Elkington (1997)

A figura 2 apresenta as principais reuniões, conferências e assinaturas de protocolo que contribuíram para a construção de um pensamento comum em nível mundial sobre a importância da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável.

Figura 2: Evolução das discussões sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável



Fonte: Adaptado de Peixoto (2019).

Com uma perspectiva de novos pensamentos teóricos e políticos em face da sustentabilidade, Leff (2007, p. 46) contextualiza que na “América Latina vem sendo construído um conceito de ambiente, entendido como um potencial produtivo que emerge da integração sinérgica de processos ecológicos, culturais e tecnológicos”. Como ressalta Petrovich (2018, p. 23):

O conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) não poderá dar conta sozinha das mudanças necessárias para o enfrentamento da crise ambiental planetária, porém pode servir como ponto de partida para a busca incessante por soluções adequadas para o momento que vivemos e com um olhar para as gerações futuras.

A educação ambiental (EA) vem sendo construída ao longo dos tempos na área pedagógica num viés de transversalidade, tendo como origem a crise ambiental que emergiu com o impulso do crescimento econômico trazido pela globalização.

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) possuem uma grande responsabilidade na evolução do conhecimento dentro da sociedade contemporânea.

De acordo com Loureiro (2006, p. 69):

A educação ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente.

Além disso, aponta Gonçalves (2018, p. 103) que “a educação ambiental assume importância fundamental no processo de mudança comportamental do homem para com o meio em que vive nos aspectos social, econômico e ambiental”.

A partir dessas considerações, o quadro 1 apresenta alguns conceitos de EA:

Quadro 1: Algumas definições de Educação Ambiental

AUTORES/LEIS	DEFINIÇÕES
Lei nº 9.795/1999 – Política Nacional de Educação Ambiental, Art. 1º	Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitude e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.
Lei nº 9.795/1999 – Política Nacional de Educação Ambiental, Art. 2º	A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal (BRASIL, 1999).
BOFF, Leonardo (2016)	A educação ambiental é entendida aqui como um processo de aprendizagem e reaprendizagem ecológica, buscando que os indivíduos adquiram conhecimentos, valores, comportamentos e habilidades práticas para participarem, responsável e eficazmente, da prevenção e solução dos problemas ambientais, e da gestão da qualidade do meio ambiente
SILVA, A. M.; TAGLIEBER, J. E. A (2005)	Educação Ambiental é um processo permanente no quais indivíduos e as comunidades tomam consciência de seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que o tornem aptos a agir e resolver problemas ambientais, presentes e futuros.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

As práticas sustentáveis na administração pública passaram a ser normatizadas a partir do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, o qual determina critérios, práticas e diretrizes de sustentabilidade para as contratações públicas, bem como, no seu artigo 16º onde define que todos os órgãos da Administração Pública Federal deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS), (BRASIL, 2012).

Nessa perspectiva a UFRPE elaborou o seu primeiro PLS no ano de 2017, o qual foi aprovado por meio da Resolução nº 103/2017 do Conselho Universitário (CONSU), (UFRPE, 2019).

Vale salientar que uma mudança envolve vários fatores, para Peixoto (2019, p. 59):

Implantar a cultura de sustentabilidade nas IES não tem sido uma tarefa fácil, pois, para isso é necessário transformação, modificação de hábitos, mudança da forma de pensar a Gestão Pública. Para consecução desse fim, é primordial que se tracem novas e criativas estratégias para sensibilização e

adoção de práticas mais sustentáveis, assunto que merece atenção da academia.

O PLS da UFRPE em seu item 3.6 que trata do levantamento das práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços, objeto da pesquisa, abrangeu as práticas relacionadas ao uso da energia elétrica, consumo de papel, consumo de copos e outros descartáveis e a qualidade de vida no trabalho.

Para Ferreira (2017, p.30):

A universidade como formadora profissional deve ter uma maior sensibilidade em relação às questões sobre o meio ambiente e práticas sustentáveis, porque a partir da função que desempenha e com a adoção dessas práticas poderá influenciar todos os envolvidos no meio acadêmico.

METODOLOGIA

A pesquisa é de abordagem qualitativa. Buscou-se fazer um levantamento do conhecimento dos gestores da UFRPE sobre as ações que envolvem práticas sustentáveis no campus da UFRPE e no estudo do PLS/UFRPE, mais precisamente do item 3.6, que trata das práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços.

Nas palavras de Richardson et al. (2015, p. 90):

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos.

Em relação à natureza da pesquisa, classifica-se como pesquisa aplicada, pois o tema abordado envolve interesses aplicados numa comunidade acadêmica. De acordo com Gil (2008) a pesquisa aplicada caracteriza-se, como o próprio nome já sugere, por resolver problemas concretos, com soluções mais imediatas.

Quanto aos objetivos a pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois segundo Köche (2011), a pesquisa descritiva constata e avalia as relações de duas ou mais variáveis de um fenômeno, sem prévia manipulação das mesmas, pois se manifestam espontaneamente em situações, fatos e condições pré-existentes.

Já quanto aos procedimentos metodológicos, essa pesquisa pode ser enquadrada como documental e como pesquisa ação, pois os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo, além de se tratar de uma pesquisa de campo, com a aplicação de questionários e entrevistas.

Para o levantamento dos dados foi definido como universo a sede da UFRPE localizada em Dois Irmãos, em Recife, enquanto que para a amostra foram escolhidos quatro setores: os Departamentos Acadêmicos de Administração (DADM), de Biologia (DB); a Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UAEADTec-sede) e a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN).

A entrevista aplicada aos gestores foi composta de 10 questões e aconteceu no ambiente de trabalho do entrevistado, com o tempo médio de cada entrevista em torno de 20 a 30 minutos, tendo sido gravada pelo celular da própria pesquisadora.

A forma de análise das questões aplicadas aos gestores foi descritiva e interpretativa com base nas categorias das perguntas, as quais sejam: perguntas relacionadas ao

conhecimento geral sobre meio ambiente e sustentabilidade, específicas sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2013-2020, Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), e as práticas de sustentabilidade na UFRPE no ambiente de trabalho.

As respostas obtidas com a pesquisa de campo foram transcritas com o objetivo de construir um diagnóstico dos gestores em relação ao conhecimento do item 3.6 do PLS/UFRPE.

Já o questionário com dez questões fechadas e de múltipla escolha foi enviado por e-mail, o qual foi elaborado por meio do Forms do Google Docs via Internet.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para analisar o conhecimento dos gestores sobre políticas e ações sustentáveis na UFRPE foram elaboradas questões contemplando os seguintes temas e instrumentos de política ambiental institucionais em nível nacional:

- Plano de Desenvolvimento institucional (PDI) 2013-2020 da UFR- PE;
- Plano de Gestão Logística Sustentável (PLS); e
- Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

As considerações a seguir tratam do conhecimento dos gestores sobre políticas e práticas sustentáveis na UFRPE.

Em relação ao PDI, observou-se que alguns gestores sequer têm conhecimento sobre alguns instrumentos de planejamento estratégico, direcionados a políticas de sustentabilidade na UFRPE, o que, a nosso ver, compromete a execução das ações propostas.

Com relação ao conhecimento da existência de uma ampla divulgação das políticas e instrumentos voltados para a sustentabilidade institucionalizada na UFRPE, a exemplo do PLS e Projeto UFRPE Sustentável, segundo análise das respostas recebidas, percebeu-se que algumas ações pontuais já vêm sendo realizadas para divulgar políticas e instrumentos voltados para a sustentabilidade institucionalizados na UFRPE, porém 50% dos gestores acreditam que existe uma necessidade de se trabalhar mais o tema. Esta ponderação é corroborada por Batista (2018), quando afirma que existe a necessidade de melhor divulgação da realização ou não de ações voltadas à sustentabilidade, envolvendo políticas, procedimentos e sistema de gestão na Universidade.

Quando indagados quanto ao conhecimento dos gestores a respeito do PLS/UFRPE, o resultado obtido foi 50% afirmaram não possuir conhecimento algum sobre este instrumento de política ambiental institucional. Em contrapartida um gestor foi um dos responsáveis pela elaboração e o outro afirmou ter recebido uma visita da comissão de sustentabilidade em seu setor.

Na sequência foi solicitado pontuar algumas ações, caso existissem, relacionadas às práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços que constam no item 3.6 do PLS/UFRPE nos respectivos setores. Por unanimidade a resposta foi afirmativa e os gestores elencaram algumas ações ligadas ao consumo de água, papel, energia e capacitação sobre resíduos sólidos.

Já quanto ao conhecimento da A3P, 75% afirmaram ter conhecimento, pois é tema debatido em sala de aula e em trabalhos acadêmicos, mas é relevante destacar que não existe um projeto da A3P ou um trabalho específico que trate deste assunto. Além do que em relação ao conhecimento dos eixos da A3P, 50% dos respondentes afirmaram que

possuem conhecimento dos eixos da A3P, porém registram ainda que ainda ser pouco internalizado na comunidade acadêmica. Segundo Peixoto (2019), o poder público brasileiro tem desenvolvido programas e leis, que normatizam e orientam os gestores públicos na adoção de novos referenciais de sustentabilidade em suas rotinas de trabalho.

Quando indagados sobre a existência de alguma comissão específica que trate da sustentabilidade no setor em que atuam e caso afirmativo, qual a sua composição? Dos respondentes, 50% afirmaram não existir essa comissão, enquanto que, para um setor, uma comissão havia sido criada recentemente e uma outra se encontrava no setor que normatiza tal assunto, sendo uma composta apenas por um servidor técnico administrativo e um estagiário e a outra formada pelos três seguimentos: docentes, técnicos e discentes.

Quando questionados sobre a existência de ofertas de cursos de capacitação sobre práticas de sustentabilidade a serem adotadas nas rotinas de trabalho do seu setor, apenas um afirmou ter ocorrido uma capacitação e mesmo assim o assunto abordado foi muito específico. Diante deste fato, percebeu-se que existem dificuldades para implantação de práticas sustentáveis nas rotinas de trabalho, por existir uma grande dificuldade de reunir as pessoas para tratar do tema em questão. Para Ferreira (2017), o processo de sensibilização tem como um de seus instrumentos essenciais a capacitação para a construção de uma nova cultura de gerenciamento dos recursos públicos, provendo orientação, informação e qualificação, confirmando a importância do processo de capacitação no setor público, para potencializar a sensibilização em relação ao tema.

Com relação à existência de dificuldades para implantação de práticas sustentáveis nas rotinas de trabalho do setor e, em caso afirmativo, quais seriam essas dificuldades, os gestores apontaram como principais, a dificuldade para reunir os colaboradores para tratar sobre o tema e a limitação orçamentária. Segundo Ferreira (2017) para que as mudanças tenham efetividade, é necessário o envolvimento individual e coletivo com o objetivo de criação de uma nova cultura institucional de sustentabilidade das atividades do setor público.

Por fim, foram solicitadas sugestões para melhoria das práticas sustentáveis junto à comunidade acadêmica da UFRPE. A maioria dos gestores apontou a necessidade de pulverizar as ações em toda comunidade acadêmica, e ainda, uma necessidade de mais ações concretas voltadas para conscientizar, sensibilizar e capacitar os servidores em relação ao tema com o objetivo de elevar o nível de compreensão dos servidores.

Quanto ao questionário aplicado aos gestores, este foi dividido por seções: perfil dos respondentes; questões sobre meio ambiente e questões sobre práticas sustentáveis no ambiente de trabalho da UFRPE.

Dando continuidade à construção do perfil dos respondentes se fez necessário investigar a faixa etária, uma vez que, as ações relacionadas com as práticas sustentáveis dentro do ambiente de trabalho são influenciadas pela experiência das rotinas de uma Instituição Federal de Ensino Superior. Quanto à faixa etária dos respondentes, obteve-se maioria com idade acima de 40 anos, demonstrando, assim, que se faz necessário traçar medidas para capacitar os servidores em relação ao tema.

Na seção 2 do questionário foram abordados assuntos relacionados com a Política Nacional de Educação Ambiental, a A3P e o PLS, onde procurou-se investigar o nível de conhecimento quanto às normas ambientais. Com relação ao conhecimento sobre os temas EA, à A3P e ao PLS, verificou-se 50% dos respondentes apresentaram desconhecimento em relação aos temas.

A seção 3 do questionário contemplava questões que relacionadas à racionalização do uso de recursos energéticos e naturais; sensibilização da comunidade acadêmica da UFRPE com relação ao tema sustentabilidade; sistematização da gestão de resíduos

gerados pela universidade, com destinação por meio da coleta seletiva; redução do desperdício de materiais de consumo; melhoria da qualidade de vida do trabalhador na universidade com ações que promovem o bem-estar no local de trabalho.

Para o item consumo de energia obteve-se em torno de 80% a 90% dos respondentes atendendo as práticas voltadas para a redução no consumo.

Com relação ao uso de papel, os respondentes demonstram não terem internalizado essa questão, pois se registrou um índice relativamente baixo com a preocupação em realizar as atividades que estão descritas nas questões, pois o percentual de aceitação apresentado ficou em torno de 30% a 50%.

Para a questão que trata da revisão dos documentos antes de imprimi-los, evitando impressões desnecessárias, 50 % afirmaram sempre, sinalizando a necessidade da realização de divulgação do item 3.6 do PLS/UFRPE, uma vez que o papel é um dos materiais mais utilizados pela academia e tendo em vista que, o fator econômico é preocupante para os gestores voltados para a sustentabilidade.

Outra questão foi o uso de copos e outros descartáveis onde foi verificado o comprometimento de mais de 50% dos respondentes com as ações relacionadas ao tema, visto que os respondentes demonstraram que internalizaram as práticas contempladas neste item.

Já para as questões ambientais considera-se que existe uma preocupação nas respostas dos gestores entrevistados, quanto à divulgação de ações voltadas para a sustentabilidade, pois todos concordaram com a importância do tema, porém registraram que não conseguiam organizar um momento para elaborar as ações necessárias para a realização das práticas elencadas no item 3.6 do PLS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados percebe-se que a importância da conscientização, sensibilização e capacitação no setor público, contribui para uma melhoria significativa no engajamento dos servidores em relação às práticas sustentáveis junto à comunidade acadêmica da UFRPE.

A UFRPE elaborou o seu PLS e o Projeto UFRPE Sustentável em 2017, sinalizando o compromisso da gestão com a sustentabilidade na comunidade acadêmica. Tais instrumentos têm contribuído para o despertar da responsabilidade socioambiental nos servidores da Instituição.

Ao longo da pesquisa foi possível constatar que os temas: sustentabilidade, educação ambiental, educação a distância e práticas sustentáveis com responsabilidade socioambiental, estão presentes em diversos trabalhos realizados pelos servidores da UFRPE, o que demonstra que o interesse pelo assunto é fato, porém existe uma necessidade de pulverizar ações voltadas para motivar e engajar os servidores nas práticas sustentáveis do PLS da UFRPE. Além disso, foi possível perceber que os atores envolvidos demonstraram um grande interesse em buscar meios que possam melhorar a realização das práticas sustentáveis junto à comunidade acadêmica da UFRPE.

REFERÊNCIAS

BATISTA, A. S. **A Responsabilidade socioambiental em instituições públicas**: um estudo de caso para a unidade acadêmica de Serra Talhada da Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2018. 207 f.: il. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é - o que não é.** Petrópolis, RJ: Vozes; Ed. digital, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012.** Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP. Brasília: Presidência da República, 2012.

BRASIL. **Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 10 jan. 2019.

ELKINGTON, J. **Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business.** Oxford: Capstone, 1997.

FERREIRA, A. P. L. de. **Educação ambiental e práticas sustentáveis na educação a distância.** 2017. 143 f.: il. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, M. M. **Alimentação e sustentabilidade: agenda ambiental na administração pública (A3P) no restaurante universitário da UFRPE e a contribuição da educação ambiental.** 2018. 175 f.: il. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa.** 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LOUREIRO, C. F. B. **Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental.** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 131-152, jan/abr. 2006.

MAIO, G. F. **Práticas de gestão sustentável na Universidade Federal de Rondônia.** 2017.95 f.: il. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Núcleo de Ciências Aplicadas, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.

MOORE, Michel G.; KEARSLEY, Greg. **Distance education: a systems view.** Belmont (USA): Wadsworth Publishing Company, 1996. 290p.

PEIXOTO, C. S. B. de Sá. **Práticas sustentáveis: estudo de caso em uma instituição pública de ensino superior.** 2019. 165 f.: il. Dissertação (Mestrado Administração Pública

em Rede Nacional) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

PEREIRA, A. de S. **Educação superior e sustentabilidade**: um estudo sobre a percepção dos atores do *campus* Alto Paraopeba / UFSJ / MG. 2013. 154 f.: il. Dissertação (Mestrado Administração Pública) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2013.

PETROVICH, A. C. I. **Sustentabilidade ambiental como conteúdo escolar na perspectiva de professores de biologia em formação inicial**. 2018. 182 f.: il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Associação Plena em Rede, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

POLÍTICA Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 20 dez. 2018.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. 16. reimp. São Paulo: Atlas, 2015.

SILVA, A. M.; TAGLIEBER, J. E. A escola como centro irradiador da educação ambiental. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PRÁTICAS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 3., 2005, Ribeirão Preto. **Anais** [...]. Ribeirão Preto: FFCLRP/USP, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho Universitário. **Resolução nº 103 de 2017**. Aprova “Ad referendum” deste Conselho, Plano de Gestão de Logística Sustentável desta Universidade. Recife: Conselho Universitário, 2017. Disponível em: <http://seg.ufrpe.br/resolucao/res-n%C2%BA-1032017-0>. Acesso em: 22 jan. 2019.